AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA
COMPRAS.GOV.BR N° 986543 – N° 140/2026

Aviso de
DISPENSA ELETRÔNICA
140/2026

CONTRATANTE (UASG)
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHAÉM (986543)

OBJETO
Aquisição de bens permanentes, compreendendo mobiliário corporativo e equipamento de informática, com fornecimento, transporte, montagem e instalação inclusos, destinados à estruturação da sala de atividades técnicas da Secretaria Municipal de Assistência, Desenvolvimento e Inclusão Social do Município de Itanhaém/SP e Proteção Básica.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ R$20.776,72(VINTE MIL, SETECENTOS E SETENTA E SEIS REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS)

PERÍODO DE PROPOSTAS
De **24/11/2026** às **8h**
Até **27/11/2026** às **8h**

PERÍODO DE LANCES
De **27/11/2026** às **8h**
Até **27/11/2026** às **14h**

EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM

Sumário

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA 5
2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA. 5
3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL 7
4. FASE DE LANCES 8
5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO 9
6. HABILITAÇÃO 11
7. CONTRATAÇÃO 12
8. SANÇÕES 13
9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 15

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 140/2026
Compras.gov.br N° 986543 – 140/2026
(Processo Administrativo n.° 1730/2026)

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Itanhaém, por meio do Departamento de Suprimentos, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento *menor preço*, na hipótese do art. 75, *inciso I*, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e através do Inciso II do Decreto Municipal nº 4.544/2023 que estabelece o uso da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

PNCP:
Data da sessão: **27/11/2026**
Link:
Horário da Fase de Lances: 8:00 às *14:00*

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Vl. Unitário	Vl. Total
1	1	UN	ARMÁRIO ALTO COM 02 PORTAS	R$792,07	R$792,07
2	2	UN	CADEIRA PRESIDENTE - Conforme descrição no Termo de Referência	R$724,50	R$1.449,00
3	16	UN	CADEIRA DE ESCRITÓRIO - Conforme descrição no Termo de Referência	R$514,22	R$8.227,52
4	30	UN	Cadeira de Polipropileno - Conforme descrição no Termo de Referência Cadeira Plástica Sem Braço Bistrô. Fabricada com polipropileno de alta resistência.Características:Peso Leve: Com apenas 2,100kg, é fácil de rearranjar e mover conforme sua necessidade.Dimensões Otimizadas: Altura de 880mm, largura de 440mm, e comprimento de 490mm proporcionam um assento confortável que se adapta perfeitamente ao corpo.Estética Versátil: Seu estilo neutro e elegante faz com que seja uma escolha perfeita tanto para ambientes interiores quanto exteriores.Manutenção Simples: Limpeza descomplicada que economiza tempo e esforço.Não perca a chance de transformar seu ambiente com a Cadeira Plástica Sem Braço Bistrô. Especificações: Material: polipropileno. Peso máximo suportado: 152kg. Certificada pelo Inmetro.	R$53,16	R$1.594,80

5	2	MES	ESTAÇÃO DE TRABALHO - Conforme descrição no Termo de Referência ESTAÇÃO DE TRABALHO EM "L" PARA 01 PESSOA Dimensões: 1600 x 1600 x 600 x 740 mm (LxLxPxA);TAMPO EM "L" 1,5cm de (espessura) com reengrosso de 1.5 cm de espessura totalizando para 3,0 cm (espessura);PAINEL FRONTAL: 15 mm (espessura);TAMPO/PAINEL FRONTAL - Tampo confeccionado com chapas de partículas de madeira MDP, selecionadas de eucalipto e pinus reflorestados, aglutinadas e consolidadas com resinas sintética e termo estabilizadas sob pressão, revestidos em ambas as faces com filme termo prensado de melamínico com espessura de 0,6 mm, texturizado, semi-fosco e antirreflexo. O bordo que acompanha todo o contorno do tampo e dos painéis frontais é encabeçado com fita de poliestireno com 3,0 mm de espessura coladas pelo processo hotmelt, com arestas arredondadas e raio ergonômico.Estrutura: Estrutura composta por 04 colunas em ferro industrial no formato retangular medindo 50x30mm, com espessura mínima de 1,2mm; a base dos pés em tubo retangular 5	R$920,62	R$1.841,23
6	1	UN	MESA DE REUNIÃO - Conforme descrição no Termo de Referência	R$3.112,85	R$3.112,85
7	1	UN	NOTEBOOK - Conforme descrição no Termo de Referência corporativo destinado ao uso administrativo, técnico e operacional, com desempenho adequado para aplicações de escritório, sistemas corporativos e multitarefas.PROCESSADOR:" Processador com arquitetura x86 de 64 bits; " Desempenho equivalente a Intel Core i5 ou i7; " 10ª geração ou superior; " Múltiplos núcleos e threads, com tecnologia de frequência dinâmica (turbo). MEMÓRIA RAM:" Capacidade mínima de 16 GB DDR4 ou superior; " Tipo modular (SODIMM), não soldada; " Possibilidade de expansão; " Frequência mínima de 2666 MHz ou superior. ARMAZENAMENTO:" Unidade	R$3.759,25	R$3.759,25

			de estado sólido (SSD); " Interface NVMe M.2 PCIe; " Capacidade mínima de 512 GB. " TELA:" Tamanho mínimo de 14 polegadas; " Resolução mínima Full HD (1920 x 1080); " Tecnologia antirreflexo. GRÁFICOS:" Controlador gráfico integrado ao processador ou superior. CONECTIVIDADE:" Wi-Fi padrão 802.11ac ou superior; " Bluetooth integrado; " Porta de rede RJ-45 ou adaptador incluso. PORTAS (mínim		
VALOR TOTAL : R$20.776,72(VINTE MIL, SETECENTOS E SETENTA E SEIS REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS)					

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por dispensa de licitação de ([Autor].), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.1.1. Havendo mais de item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.2. O critério de julgamento adotado será o *menor preço,* observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

1.3.1. A participação é exclusiva à micro empresas e empresas de pequeno porte nos termos do art. 48 da lei complementar 123 de 14 de dezembro de 2006.

1.4. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Comprasnet 4.0, disponível no endereço eletrônico ....

1.4.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

1.4.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

1.5. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

1.5.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

1.5.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

1.5.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

1.5.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

1.5.3.2. aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

1.5.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

1.5.5. *sociedades cooperativas.*

2. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

2.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

2.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

2.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

2.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

2.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

2.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

2.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

2.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

2.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o *Termo de Referência,* assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

2.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

2.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

2.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

2.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

2.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

2.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

2.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

2.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

2.10. *Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço, conforme o caso).*

2.10.1. *Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.*

2.10.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

2.10.2. *O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.*

2.10.3. *O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.*

3. FASE DE LANCES

3.1. A partir das 8:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

3.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

3.2.1. *O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.*

3.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

3.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

3.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de *R$ 0,01 (hum centavos). Lembrando que são 4 casas decimais na etapa de lances.*

3.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

3.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

3.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

3.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

3.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

4. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

4.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

4.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

4.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

4.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

4.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

4.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

4.3.1. *Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, conforme modelo anexo, com os valores adequados à proposta vencedora no prazo de 2 horas podendo ser prorrogado por igual período contado da solicitação do agente de contratação.*

4.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias**,** a contar da data de sua apresentação.

4.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

4.5.1. contiver vícios insanáveis;

4.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

4.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

4.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

4.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

4.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

4.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

4.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

4.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

4.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

4.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

4.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

4.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

4.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

4.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

4.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

5. HABILITAÇÃO

5.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

5.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

5.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/)

5.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

5.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

5.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

5.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

5.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

5.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

5.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

5.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

5.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

5.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

5.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

5.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

5.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

6. CONTRATAÇÃO

6.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

6.2. O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

6.2.1. *Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.*

6.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

6.3. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:*

6.3.1. *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;*

6.3.2. *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

6.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

7. SANÇÕES

7.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

7.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

7.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

7.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

7.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

7.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

7.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

7.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

7.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

7.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

7.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

7.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

7.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

7.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

7.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

7.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

7.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

7.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

7.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

7.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. O procedimento será divulgado no Comprasnet 4.0 e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

8.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

8.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

8.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

8.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

8.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

8.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

8.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

8.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

8.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

8.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

8.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

8.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

8.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

8.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

8.13.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação

8.13.2. ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência;

8.13.3. *ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;*

Itanhaém, __/___/____

Márcia Galdino Alves

Secretária de Assistência, Desenvolvimento e Inclusão Social

ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1 Habilitação jurídica:

1.1 no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

1.4 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

1.6 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

1.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

2.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

2.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

2.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

2.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

2.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes *estadual e/ou municipal*, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.6 prova de regularidade com a Fazenda *Estadual e/ou Municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

2.7 caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *estaduais* ***ou*** *municipais* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

3 Qualificação Econômico-Financeira:

3.1 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Aquisição de bens permanentes, compreendendo mobiliário corporativo e equipamento de informática, com fornecimento, transporte, montagem e instalação inclusos, destinados à estruturação da sala de atividades técnicas da Secretaria Municipal de Assistência, Desenvolvimento e Inclusão Social do Município de Itanhaém/SP e Proteção Básica.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação encontra-se devidamente fundamentada nos termos da Lei nº 14.133/2021, especialmente:

- No Estudo Técnico Preliminar – ETP, que demonstrou a necessidade da contratação, a viabilidade técnica e econômica da solução adotada, bem como a adequação ao interesse público, nos termos do art. 18 da referida lei;
- Nos princípios da Administração Pública previstos no art. 37 da Constituição Federal e no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, notadamente os princípios da legalidade, eficiência, planejamento, economicidade e interesse público;
- Na necessidade de adequação ergonômica dos ambientes de trabalho, em conformidade com a Norma Regulamentadora nº 17 (NR-17), visando à preservação da saúde e segurança dos servidores;
- Na necessidade de padronização, qualidade e durabilidade dos bens permanentes, assegurando a adequada gestão patrimonial, a racionalização de custos e a continuidade dos serviços públicos.

Dessa forma, a contratação proposta mostra-se necessária, adequada e alinhada aos objetivos institucionais da Administração Pública e emenda parlamentar destinada para esse fim.

3. JUSTIFICATIVA

A presente contratação justifica-se em razão das inadequações verificadas no mobiliário atualmente utilizado, o qual apresenta desgaste decorrente do uso contínuo, limitações ergonômicas e insuficiência quantitativa para atendimento das demandas da Secretaria.

Tal cenário compromete diretamente:

- A eficiência e a adequada execução das atividades técnicas e administrativas;
- As condições de saúde e segurança ocupacional dos servidores, em desconformidade com a Norma Regulamentadora nº 17 (NR-17);
- A qualidade do atendimento prestado aos usuários dos serviços socioassistenciais.

Diante disso, a aquisição de novos bens permanentes mostra-se necessária para promover a adequação estrutural e funcional do ambiente de trabalho, garantindo condições ergonômicas, segurança, organização e continuidade na prestação dos serviços públicos, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

4. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

Os bens são classificados como **bens comuns**, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021.

5. REQUISITOS GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à definição clara dos requisitos da contratação (art. 6º, inciso XXIII), os bens a serem fornecidos deverão atender, cumulativamente, às seguintes condições:

- Ser novos, de primeiro uso, não sendo admitidos produtos recondicionados, usados ou remanufaturados;
- Estar em linha de produção do fabricante, garantindo disponibilidade de peças de reposição e suporte técnico;
- Atender integralmente às normas técnicas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como às demais regulamentações pertinentes;
- Estar em conformidade com a Norma Regulamentadora nº 17 (NR-17), assegurando condições ergonômicas adequadas ao uso contínuo;
- Apresentar padrão de qualidade, resistência e durabilidade compatíveis com utilização contínua e intensiva, estimada em, no mínimo, 8 (oito) horas diárias;
- Ser entregues devidamente montados e instalados no local indicado pela Administração, em perfeitas condições de uso;
- Não apresentar quaisquer defeitos de fabricação, tais como rebarbas, desalinhamentos, empenamentos, falhas estruturais ou imperfeições que comprometam sua funcionalidade, segurança ou estética, entre outros.

O não atendimento a qualquer dos requisitos estabelecidos implicará na recusa do objeto, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

6. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS

Nos termos do art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021, as especificações técnicas abaixo definem de forma clara, objetiva e suficiente os padrões mínimos de desempenho e qualidade exigidos, sendo vedada a oferta de produtos inferiores.

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO
1	1	**Mesa de Reunião – 3,80m** **Tampo:** MDP, espessura mínima 25 mm; Densidade mínima 550 kg/m³; Revestimento melamínico BP; Acabamento amadeirado padrão madeira natural; Bordas PVC mínimo 2 mm; Resistência a riscos e abrasão. **Dimensões aproximadas:** 4,00 m x 1,10 m x 0,75 m (±5%) **Estrutura:** Pés em aço carbono; Pintura epóxi preta; Espessura mínima 1,20 mm; Travessas estruturais de reforço; Sapatas niveladoras; Capacidade mínima: 200 kg distribuídos.  **Obs.: (Imagem meramente ilustrativa)**
2	16	**Cadeira de Escritório** Giratória ergonômica atende todos os requisitos da Norma Regulamentadora NR17, certificada ABNT NBR 13962/2018 com, no mínimo, espaldar baixo. Encosto em tela

		flexível 100% poliéster de alta resistência. Apoio lombar independente, regulável na altura. Apoio de braços reguláveis em altura com dimensões que atendem às normas nacionais NBR da ABNT. Assento estofado. Possui espuma com densidade controlada (45 a 55 kgt/m3). Suporte de peso 136 kg. Mecanismo de ajuste, prático, permite ajuste de altura do assento e inclinação do encosto. Revestimento do encosto em tela de alta performance e assento revestido em crepe. Rodízio/ Rodinhas com 55 mm de diâmetro indicado para todos os tipos de piso. Base / Pata injetada em resina termoplástica de alta resistência e excelente qualidade.  **Obs.: (Imagem meramente ilustrativa)**
3	2	**Cadeira Presidente:** Com apoio de cabeça ajustável, braços retráteis e estrutura ergonômica; Garantia de 2 anos; Apoio de cabeça ajustável 2D, que permite regulagem precisa de altura e ângulo, estrutura do encosto em PP, leve e resistente; Apoio lombar fixo, proporcionando suporte contínuo à região inferior das costas; Apoio de braços retrátil, ideal para quem busca liberdade de movimento ou espaço sob a mesa; Assento com espuma moldada e base firme para conforto prolongado; Mecanismo butterfly de curso médio, com leveza e estabilidade nos movimentos; Pistão a gás série 100, nível 5, com ajuste de altura suave e eficiente; Base robusta em PP Ø 330 mm; Rodízios pretos #55, com movimentação silenciosa e estável; Dimensões aproximadas; Altura total: 100 a 109 cm; Altura do assento até o chão: 45 a 55 cm; Largura entre braços: 63 cm; Largura do assento: 52 cm; Profundidade do assento: 53 cm; Altura dos braços: 20 cm; Distância entre os pés: 62 cm; Altura do encosto: 15 cm; Largura do encosto: 29 cm; O encosto é revestido em tecido Mesh Premium, composto por 64% de poli elastômero e 36% de poliéster. Já o assento conta com espuma 35D, revestida em tecido 100% poliéster. Atende aos requisitos da NR-17 além disso possui o cobiçado selo BIFMA de qualidade.  **Obs.: (Imagem meramente ilustrativa)**
4	30	**Cadeira Plástica Sem Braço Bistrô.** Fabricada com polipropileno de alta resistência.

		Características: **Peso Leve:** Com apenas 2,100kg, é fácil de rearranjar e mover conforme sua necessidade. **Dimensões Otimizadas:** Altura de 880mm, largura de 440mm, e comprimento de 490mm proporcionam um assento confortável que se adapta perfeitamente ao corpo. **Estética Versátil:** Seu estilo neutro e elegante faz com que seja uma escolha perfeita tanto para ambientes interiores quanto exteriores. **Manutenção Simples**: Limpeza descomplicada que economiza tempo e esforço. Não perca a chance de transformar seu ambiente com a Cadeira Plástica Sem Braço Bistrô. **Especificações:** Material: polipropileno. Peso máximo suportado: 152kg. Certificada pelo Inmetro.  **Obs.: (Imagem meramente ilustrativa)**
5	2	**ESTAÇÃO DE TRABALHO EM "L" PARA 01 PESSOA** Dimensões: 1600 x 1600 x 600 x 740 mm (LxLxPxA); TAMPO EM "L" 1,5cm de (espessura) com reengrosso de 1.5 cm de espessura totalizando para 3,0 cm (espessura); PAINEL FRONTAL: 15 mm (espessura); TAMPO/PAINEL FRONTAL - Tampo confeccionado com chapas de partículas de madeira MDP, selecionadas de eucalipto e pinus reflorestados, aglutinadas e consolidadas com resinas sintética e termo estabilizadas sob pressão, revestidos em ambas as faces com filme termo prensado de melamínico com espessura de 0,6 mm, texturizado, semi-fosco e antirreflexo. O bordo que acompanha todo o contorno do tampo e dos painéis frontais é encabeçado com fita de poliestireno com 3,0 mm de espessura coladas pelo processo hotmelt, com arestas arredondadas e raio ergonômico. Estrutura: Estrutura composta por 04 colunas em ferro industrial no formato retangular medindo 50x30mm, com espessura mínima de 1,2mm; a base dos pés em tubo retangular 50x30 mm, com espessura mínima de 1,2mm. Sob o tampo e fixado uma coluna em ferro industrial no formato retangular medindo 30 x 20 mm, com espessura mínima de 1,2 mm. Cada pé possui duas colunas de ferro com um vão de 9 cm, neste vão será colocado um acabamento lateral em MDP de 15 mm, revestido em ambas as faces com filme termo prensado de melamínico com espessura de 0,6 mm, texturizado, semi-fosco e antirreflexo. Na parte central terá um tubo em ferro industrial no formato redondo com espessura 1,2 mm com diâmetro de 3". Fechamento de topos por meio de ponteiras em ABS, e base da estrutura deverá estar apoiada por nivelador de altura de ferro fixada com arrebite de rosca M6, permitindo o requadro inferior. Na cor preta. Toda estrutura deverá ser soldada pelo processo MIG, sendo os pontos de solda sem rebarbas e ou partes cortantes e receber tratamento químico por meio de imersão, desengraxante e antiferruginoso a quente. Pintura epóxi pó texturizada, com polimerização em estufa na temperatura aproximada de 210ºC. Cor: a definir. **Certificado de conformidade com a norma da ABNT/NBR 13967:2011 para o modelo especificado por OCP acredito pelo INMETRO.**

		 **Obs.: (Imagem meramente ilustrativa)**
6	1	**ARMÁRIO ALTO COM 02 PORTAS** Medidas: 80 CM x 50 CM x 160 CM (LxPxA); TAMPO SUPERIOR:1,5cm de (espessura) com reengrosso para 3,0 cm; TAMPO INFERIOR: 1,5cm de (espessura) com reengrosso para 3,0 cm; PORTA: 1,5 cm de (espessura); CORPO: composto por 02 laterais de 1,5 cm de (espessura); FUNDO: 1,5 cm de (espessura); PRATELEIRAS: 01 prateleira fixa de 3,0 cm de (espessura) e 03 prateleiras reguláveis de 1,5 cm de (espessura); Tampo inferior e Superior: Todo confeccionado em madeira MDP de eucalipto e pinus reflorestados aglutinadas e consolidadas com resina sintética e termo- estabilizada sob pressão. Revestido em ambas as faces com filme termo prensado de melamínico com espessura de 0,6 mm texturizado, semi fosco e antirreflexo, sem emendas. O bordo que acompanha todo o contorno é encabeçado com fita de poliestireno com 1,5 mm de espessura colada pelo processo hotmelt, com arestas arredondadas e raio ergonômico de 1,5 mm de espessura, não podendo conter emendas em seu acabamento. Portas :Par de portas com perfeito alinhamento, sustentando-se em seis dobradiças Top (03 por porta) com acabamento niquelado e fixação lateral com calço de 5 mm de altura, sem cantos vivos, permitindo ainda diversas regulagens com abertura de até 270 graus. Cada dobradiça é fixada por 04 parafusos fixados nas portas, ambas dotadas de puxadores tipo alça, injetados em PVC rígido, fixados por 02 parafusos. Porta da direita com fechadura cilíndrica com travamento por lingueta lateral. Acompanham 02 chaves (principal e reserva), com corpo escamoteáveis, (dobrável) com acabamento zincado e capa plástica. Acessórios internos: parafusos zincados auto atarrachantes Rodapé: retangular fechado em tubo de aço de 40mm X 20 mm X 1,2 mm, pintura eletrostática em tinta epóxi em pó texturizado, com pré-tratamento a base de zinco, antiferrugem, apoiado por 04 sapatas em nylon injetado, com regulador de altura, fixados ao requadro inferior. Cor a definir. **Certificado de conformidade com a norma da ABNT/NBR 13961:2010 para o modelo especificado, emitido por OCP acreditado pelo INMETRO.** **Obs.: (Imagens abaixo meramente ilustrativas)**

		 
7	1	**Notebook** corporativo destinado ao uso administrativo, técnico e operacional, com desempenho adequado para aplicações de escritório, sistemas corporativos e multitarefas. PROCESSADOR: • Processador com arquitetura x86 de 64 bits; • Desempenho equivalente a Intel Core i5 ou i7; • 10ª geração ou superior; • Múltiplos núcleos e threads, com tecnologia de frequência dinâmica (turbo). MEMÓRIA RAM: • Capacidade mínima de 16 GB DDR4 ou superior; • Tipo modular (SODIMM), não soldada; • Possibilidade de expansão; • Frequência mínima de 2666 MHz ou superior. ARMAZENAMENTO: • Unidade de estado sólido (SSD); • Interface NVMe M.2 PCIe; • Capacidade mínima de 512 GB. • TELA: • Tamanho mínimo de 14 polegadas; • Resolução mínima Full HD (1920 x 1080); • Tecnologia antirreflexo. GRÁFICOS: • Controlador gráfico integrado ao processador ou superior. CONECTIVIDADE: • Wi-Fi padrão 802.11ac ou superior; • Bluetooth integrado; • Porta de rede RJ-45 ou adaptador incluso. PORTAS (mínimo): • 02 portas USB 3.0 ou superior; • 01 porta USB-C; • 01 porta HDMI; • 01 entrada combo de áudio. DISPOSITIVOS:

		• Teclado padrão ABNT2; • Touchpad com suporte a gestos. SISTEMA OPERACIONAL: • Windows Pro (ou superior), licenciado. BATERIA: • Autonomia mínima de 4 horas. CONSTRUÇÃO: • Equipamento de padrão corporativo; • Estrutura resistente para uso contínuo. GARANTIA: • Garantia mínima de 12 meses, com suporte no Brasil. CONFORMIDADE: • Atender às normas técnicas vigentes (Anatel/Inmetro, quando aplicável).

7. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à necessidade de verificação da conformidade da proposta com as especificações técnicas do objeto, o licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta, a seguinte documentação técnica:

- Catálogo técnico oficial do fabricante, contendo a identificação do produto ofertado e suas características;
- Ficha técnica detalhada, com descrição completa das especificações, materiais, dimensões e desempenho do produto;
- Certificações técnicas exigidas no Termo de Referência, emitidas por órgãos competentes (tais como ABNT, INMETRO ou equivalentes), quando aplicável;
- Declaração formal de que os produtos atendem às normas regulamentadoras pertinentes, especialmente à Norma Regulamentadora nº 17 (NR-17), quando aplicável.

A documentação apresentada deverá permitir a perfeita identificação e verificação da conformidade do produto ofertado com as especificações exigidas.

A Administração poderá, a qualquer tempo, promover diligências para esclarecimento ou comprovação das informações prestadas, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

O não atendimento às exigências técnicas estabelecidas, bem como a ausência ou insuficiência da documentação comprobatória, ensejará a desclassificação da proposta, nos termos da legislação vigente.

8. VALOR ESTIMADO

Valor total estimado: **R$ 24.860,00**

Baseado em pesquisa de mercado e contratações similares.

9. EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto deverá observar as seguintes condições:

• O prazo para entrega dos bens será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, podendo ser prorrogado mediante justificativa devidamente aceita pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021;

• A entrega deverá contemplar, obrigatoriamente, o fornecimento, transporte, montagem e instalação completa dos bens no local indicado pela Administração, sem quaisquer ônus adicionais;

• Os bens deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, devidamente montados, instalados e testados, quando aplicável;

• O local de entrega será a sede da Secretaria Municipal de Assistência, Desenvolvimento e Inclusão Social Rua Sebastião das Dores, nº 29 – Praia do Sonho do Município de Itanhaém/SP.

• A execução deverá observar rigorosamente as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, bem como as normas técnicas aplicáveis;

• A contratada deverá comunicar previamente à Administração a data e o horário da entrega, a fim de viabilizar o acompanhamento e a conferência dos bens.

O descumprimento das condições estabelecidas poderá ensejar a aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

10. RECEBIMENTO

O recebimento do objeto observará o disposto na Lei nº 14.133/2021, sendo realizado em duas etapas:

• Recebimento provisório: ocorrerá no momento da entrega dos bens, para efeito de verificação preliminar quanto à quantidade, integridade física e conformidade inicial com as especificações constantes neste Termo de Referência;

• Recebimento definitivo: será efetuado após a verificação detalhada da conformidade dos bens com as especificações técnicas exigidas, incluindo montagem, funcionamento e qualidade, no prazo a ser definido pela Administração, mediante atesto por servidor responsável.

Caso sejam constatadas irregularidades, defeitos ou desconformidades, os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, devendo a contratada promover a substituição ou correção no prazo estipulado pela Administração, sem ônus adicional, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade, segurança e durabilidade dos bens fornecidos, nos termos da legislação vigente.

11. GARANTIA

A contratada deverá assegurar garantia mínima de 12 (doze) meses para todos os bens fornecidos, contados a partir do recebimento definitivo, observando-se as seguintes condições:

• Prestação de assistência técnica obrigatória, com atendimento no território nacional, durante todo o período de garantia;

• Responsabilidade pela reparação, correção ou substituição dos bens que apresentarem defeitos de fabricação, falhas de funcionamento ou desconformidade com as especificações técnicas;

• Realização dos serviços de garantia sem qualquer ônus adicional para a Administração, incluindo peças, mão de obra, transporte e demais custos necessários;

• Prazo para atendimento e solução dos problemas a ser definido pela Administração, de forma a não comprometer a continuidade das atividades;

• Caso o reparo não seja realizado em prazo razoável, a contratada deverá providenciar a substituição do item por outro novo, de características iguais ou superiores.

A garantia não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada quanto à qualidade, segurança e desempenho dos bens fornecidos, nos termos da legislação aplicável.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A contratada deverá cumprir integralmente as disposições deste Termo de Referência e da Lei nº 14.133/2021, cabendo-lhe, especialmente:

- Fornecer os bens em estrita conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, responsabilizando-se pela qualidade, quantidade e adequação dos produtos entregues;
- Realizar o transporte, a montagem e a instalação completa dos bens no local indicado pela Administração, garantindo seu pleno funcionamento;
- Assegurar que os produtos entregues sejam novos, de primeiro uso, e estejam em perfeitas condições de utilização;
- Garantir a qualidade, durabilidade e desempenho dos bens fornecidos, compatíveis com as exigências estabelecidas e com o uso contínuo a que se destinam;
- Responsabilizar-se pela correção, reparação ou substituição de quaisquer itens que apresentem defeitos, vícios, avarias ou desconformidades, sem ônus adicional para a Administração, no prazo estipulado;
- Prestar assistência técnica durante o período de garantia, conforme condições estabelecidas neste instrumento;
- Comunicar previamente à Administração quaisquer situações que possam impactar o cumprimento do contrato;
- Responder por todos os danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução contratual.

O descumprimento das obrigações previstas sujeitará a contratada às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Compete à Administração, na qualidade de contratante, cumprir as disposições da Lei nº 14.133/2021 e adotar as providências necessárias à adequada execução do contrato, especialmente:

- Disponibilizar o local adequado para entrega, montagem e instalação dos bens, em condições que permitam a execução regular do objeto;
- Designar servidor ou comissão responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual, nos termos da legislação vigente;
- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, verificando o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada e a conformidade dos bens com as especificações estabelecidas;
- Receber o objeto provisória e definitivamente, mediante verificação das condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições estabelecidas no instrumento contratual, após o atesto do recebimento definitivo;
- Comunicar formalmente à contratada quaisquer irregularidades verificadas na execução do objeto, para adoção das medidas corretivas cabíveis.

O exercício da fiscalização pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada quanto à execução do objeto.

14. SANÇÕES

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada ensejará a aplicação das sanções administrativas previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Poderão ser aplicadas, conforme a gravidade da infração:

- Advertência, nas hipóteses de infrações de menor potencial ofensivo;
- Multa, a ser definida em instrumento contratual, podendo ser aplicada de forma isolada ou cumulativa, nos casos de atraso injustificado, inexecução parcial ou total do objeto;
- Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 3 (três) anos, nos casos previstos em lei;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, nos termos da legislação vigente.

As sanções serão aplicadas de forma proporcional à infração cometida, considerando a natureza e a gravidade da conduta, os danos causados à Administração e as circunstâncias do caso concreto.
A aplicação de sanções não exime a contratada da obrigação de reparar integralmente os danos eventualmente causados à Administração.

15. FISCALIZAÇÃO

A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão formalmente designada pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a quem competirá:

- Realizar a conferência técnica dos bens entregues, verificando a conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta vencedora;
- Proceder ao recebimento provisório e definitivo, mediante atesto de que os bens foram entregues em conformidade com as condições contratuais;
- Atestar as notas fiscais/faturas para fins de pagamento, após a verificação do cumprimento integral das obrigações pela contratada;
- Registrar e comunicar formalmente eventuais irregularidades, falhas ou desconformidades na execução do objeto, solicitando as correções necessárias;
- Acompanhar o cumprimento dos prazos, das condições de entrega, montagem e garantia;
- Adotar as providências necessárias à aplicação de sanções, quando constatado descumprimento contratual.

A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada quanto à execução do objeto, inclusive perante terceiros.

16. SUSTENTABILIDADE

A contratação observará, sempre que possível, critérios de desenvolvimento nacional sustentável, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021, devendo contemplar:

- Preferência por materiais provenientes de fontes renováveis ou de reflorestamento, devidamente comprovadas, quando aplicável;
- Aquisição de bens com maior durabilidade e vida útil, visando à redução de custos ao longo do ciclo de vida e à diminuição da necessidade de substituições frequentes;
- Adoção de práticas que contribuam para a redução da geração de resíduos, inclusive mediante especificações técnicas que priorizem qualidade e resistência dos materiais;

- Observância das normas ambientais aplicáveis e, quando possível, preferência por fornecedores que adotem boas práticas de sustentabilidade em seus processos produtivos.

17. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O critério de julgamento das propostas será o de menor preço por item, nos termos da Lei nº 14.133/2021, observadas as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

A contratação será realizada por meio da modalidade Dispensa de Licitação, preferencialmente na forma eletrônica, conforme previsto no artigo 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente Termo de Referência constitui peça integrante e indissociável do processo licitatório, vinculando a elaboração do edital e a execução contratual.

As disposições aqui estabelecidas deverão ser integralmente observadas pelos licitantes e pela futura contratada, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes.

Os casos omissos serão dirimidos pela Administração, com base nos princípios que regem a Administração Pública e na legislação vigente.

Márcia Galdino Alves
Secretária de Assistência, Desenvolvimento e Inclusão Social